

Presidente veta, País espera...

600m - Brasil

ESTADO DE SÃO PAULO

23 OUT 1993

Ao que indicam os fatos, o presidente Itamar Franco abriga uma concepção muito particular das suas atribuições. Para S. Exa., elas se resumem ao poder de veto, que vem exercendo com sofreguidão incontrolável. Sua última vítima, ainda não apercebida de que nada mais tem a fazer neste governo, é o ministro Fernando Henrique Cardoso, a esta altura já candidato à "fritura". O grave, nessa conduta do presidente, é que a sua paixão pelo veto está submergindo o País num clima de passividade que ainda o levará à ruína.

O sr. Itamar Franco adiou, por duas vezes, importante reunião que havia marcado com a equipe econômica, deixando a impressão de que pouco se preocupa com uma Nação que, praticamente isolada na América Latina, está tri-
lhando pista muito escorregadia. Embora fazendo crer que prestigia seu ministro da Fazenda — a quem delegou a tarefa de formular nova política econômica —, não lhe vem indicando as linhas mestras desse processo. Mas, quando, finalmente, condescende em receber a equipe econômica, o faz para vetar-lhe as propostas.

O País esperava, anteontem, o anúncio oficial de nova política econômica, após semanas de especulações. Mas foi brindado apenas

por breve comunicado do Planalto em que se informa que o presidente decidiu: "1) Aprovar as linhas gerais do programa de privatização; 2) Determinar que o governo proceda de modo a obter orçamento equilibrado para 1994, fazendo-se os reajustes necessários para isso, especialmente reduzindo despesas; 3) Determinar ao ministro da Fazenda que re programe a execução do Orçamento de 1993, de forma a alcançar o equilíbrio de caixa dos meses de novembro e dezembro".

O comunicado chega a ser maquiavélico. Dá ciência de que o presidente aceitou as *linhas gerais* do programa de privatização, pelo que cumpre entender que os "pequenos detalhes" — como a lista das empresas privatizáveis — foram condenados; deixa transparecer,

também, que S. Exa. não aprova a elevação dos impostos, o que, segundo fontes do Ministério da Fazenda, teria sido divulgado pela Receita Federal para criar problemas ao ministro Fernando Henrique Cardoso. Pretende o presidente que o almejado equilíbrio orçamentário seja obtido mediante cortes de despesas. Finalmente, não se pode receber como manifestação de apreço ao ministro o fato de o sr. Itamar Franco ter-lhe lembrado, no final de outubro, de que deve reprogramar a execução do Orça-

mento de 1993 para que se obtenha um equilíbrio nos dois últimos meses do exercício.

Se a esse comunicado da Presidência se pretender — por alguma razão — atribuir as feições de um "boletim de vitória", esta terá pertencido, apenas, ao presidente Itamar Franco, para derrota do titular da Fazenda... e da Nação. Impõe-se entender que não estamos defendendo o agravamento da carga tributária proposto pelo ministro, uma vez que já tivemos oportunidade de condenar tal solução, que não resolve o problema do déficit orçamentário. Ela, provavelmente, resultaria em maior sonegação e, seguramente, contribuiria para fortalecer a espiral inflacionária. O que nos parece grave no episódio é, de um lado, que tal proposta procedeu da pressão exercida sobre o ministro pelos líderes do presidente no Congresso e pelo "shadow-cabinet" de Juiz de Fora. Por outro, o sr. Itamar Franco não apresenta soluções reais para uma situação anômala que se torna cada vez mais delicada.

As pretensões da equipe do ministro da Fazenda eram muito mais ambiciosas: Fernando Henrique Cardoso preferiu não lutar para impor suas idéias e atender ao que pensava ser a vontade do presidente da República. Assim, optou, convencido de que não se chegará à reforma constitucional no prazo desejado para mudar a política fiscal, por uma reforma tributária emergencial que, sob a pres-

são da opinião pública, foi rejeitada pelo presidente no último momento.

S. Exa. se limitou a recomendar um corte de despesas para eliminação do déficit operacional, estimado em mais de US\$ 25 bilhões. Falta-lhe indicar ao seu ministro como fazê-lo sem uma reforma da Constituição no que respeita à área fiscal. No Orçamento de 1994 (cujo projeto o presidente assinou com esse déficit...) a receita fiscal representa 16,8% do PIB. Mas os gastos obrigatórios chegam a 16,4% do mesmo PIB, o que mostra claramente que o sr. Itamar Franco está pedindo o impossível ao seu ministro. Tal sugestão faria sentido se o governo tivesse tido a coragem de apresentar ao Congresso seu projeto de reforma fiscal. "Ou se faz o ajuste agora — declarou ontem o ministro da Fazenda — ou vamos ter mais uma década perdida." Mas logo acrescentou: "A ação, agora, deve ser do governo e não do ministro". O que permite perguntar ao sr. Fernando Henrique Cardoso como pode continuar no governo quando o tem contra si.

O presidente Itamar Franco, que já levou à "frigideira" tantos ministros da Fazenda, parece estar reservando a mesma sorte ao atual ocupante da pasta. Teria talvez esse direito, para satisfazer seus impulsos. Diante da inflação que nos atinge e ameaça se agravar, porém, S. Exa., ao escolher o imobilismo, não estaria imitando Nero diante do incêndio de Roma?

Não se sabe se a economia depende do ministro da Fazenda ou do presidente Itamar